



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000907-17.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Maria Lourdes de Souza**  
 Requerido: **Paulo Sergio de Souza e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos etc.

**MARIA LURDES DE SOUZA** promove ação de reintegração de posse com pedido de liminar contra **PAULO SÉRGIO DE SOUZA, MAURISTELA SALES DA SILVA e MANOEL SERAPIÃO DE CASTRO**, todos qualificados nos autos, e expõe que: a) por ocasião de seu divórcio, o imóvel localizado nesta cidade, na Rua José Geraldo Veloce, s/n, casa 2C, lote 1, quadra F, Residencial Silvestre, objeto da matrícula nº 98.979 do 1º CRI, foi doado aos seus filhos Paulo, ora corréu, e Ana Paula, com reserva de usufruto na proporção de 50% para si, e 50% para seu ex-marido Manoel; b) os réus residem no imóvel há quase 10 anos, sendo que inicialmente tinham seu consentimento, contudo, pretende agora exercer seu direito de ocupação, mas os requeridos se recusam a deixar o imóvel, caracterizando assim o esbulho possessório. Requer a concessão de liminar de reintegração de posse e ao final, seja a ação julgada procedente, condenando os réus nos ônus da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Tentada sem sucesso a conciliação, vieram para os autos as respostas de fls. 43/47 e 96/100, pelas quais os réus aduzem que: a) à autora foi reservado apenas e tão somente o usufruto da parte ideal de 50% do bem; b) o demandado Manoel também é legítimo possuidor do imóvel, daí a inadequação da medida possessória pretendida. Requerem a improcedência da ação.

Houve réplica, enquanto o Representante do Ministério Público manifestou-se contrariamente à pretensão (fls. 114 /117 e 126).

É, em síntese, o relatório.

**DECIDO.**

1. A lide admite o julgamento antecipado previsto no artigo 355, I do Código de Processo Civil, sendo impertinentes tanto a produção de prova oral para comprovar o esbulho alegado, quanto a realização de perícia para avaliação do imóvel, como adiante se dirá.

**1000907-17.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

2. Pretende a autora, na qualidade de cossufrutuária na proporção de 50% do imóvel descrito na inicial, seja reintegrada na posse da coisa, sob o argumento da sua indevida ocupação unicamente por Manoel (seu ex-marido, detentor também de 50% do usufruto), que lá habita em companhia do filho comum Paulo, além da companheira do último, Mauristela.

É incontroverso que o imóvel é ocupado pelo outro usufrutuário, Manoel, que reside em companhia do filho Paulo, e de Mauristela, os quais lhe prestam cuidados e auxílio, eis que o idoso é atualmente acometido por mal sobremaneira incapacitante, como comprovam os documentos de fls. 75/76.

Contudo, é indiscutível que Manoel, na condição de usufrutuário de 50% do imóvel, pode fazer valer os direitos advindos do usufruto na sua plenitude, donde a imprestabilidade da prova oral pretendida pela autora, eis que o requerido apenas exerce o direito que lhe assiste, sem que haja caracterização do esbulho.

Resta à requerente, então, pleitear o arbitramento de aluguel pelo uso exclusivo da coisa comum pelo outro usufrutuário, medida que reclama, contudo, o ajuizamento de ação própria, dado que da inicial não consta pedido para tanto, sendo vedado à parte autora inovar sua pretensão no decorrer do processo, daí o indeferimento da realização da prova pericial, destinada à avaliação do imóvel, nesta ação que possui caráter exclusivamente possessório.

Isto posto, julgo **IMPROCEDENTE** esta ação e o faço para condenar a autora no pagamento das custas do processo e dos honorários advocatícios do patrono adverso, ora arbitrados em R\$ 1.000,00 (artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC). Custas e honorários advocatícios, contudo, dela serão exigidos apenas nas hipóteses do artigo 98, § 3º do CPC e da Lei nº 1.060/50.

P.I.

Araraquara, 04 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**